

CONSULTA AOS ESPECIALISTAS

I – Perfil dos especialistas

Foram consultados 05 (cinco) especialistas, por meio do método Delphi, sendo:

- 02 Geólogos vinculados a empresas de mineração de Potássio e Fósforo;
- 01 Geólogo (PHD) Doutor em Pesquisa Agrônômica;
- 01 Geólogo (PHD) Doutor – Professor Universitário;
- 01 Agrônomo (PHD) Doutor em Fertilidade de Solo e Fertilizantes.

II – Sobre a metodologia

Os fundamentos teóricos do método Delphi foram apresentados por seus precursores Norman Dalke e Olaf Helmer no início dos anos 60. Até hoje essa metodologia é reconhecida como um dos melhores instrumentos de previsão qualitativa. A previsão tecnológica é a sua área de aplicação mais comum, mas ao longo das últimas décadas vem sendo estendido, com sucesso, para outras áreas como Geopolítica e Administração, principalmente, no campo do Planejamento Estratégico, onde se presta como ferramenta útil para a análise de Cenários Futuros.

Sua utilização é indicada, sobretudo, quando não existem dados históricos sobre o problema investigado, isto é, quando faltam dados quantitativos. O princípio do método é intuitivo e iterativo: constitui-se um grupo de especialistas em determinada área do conhecimento que responde a uma série de questões. Os resultados dessa primeira fase são analisados, calculando-se a mediana e a amplitude inter-quartilica. A síntese dos resultados é comunicada aos integrantes do grupo que, após tomarem conhecimento, respondem novamente. As aplicações se sucedem em diversas rodadas até que um consenso ou quase-consenso seja obtido. Pode-se afirmar, de forma sintética, que o método Delphi se caracteriza por três pontos básicos: i) anônimo; ii) *feedback* de respostas do grupo para reavaliação nas rodadas subsequentes; e iii) representação estatística da distribuição dos resultados.

O anonimato entre os participantes reduz a influência de um participante sobre o outro. A iteração controlada, isto é, a comunicação aos participantes sobre o resumo da etapa precedente evita que o painel se desvie do problema central. A análise estatística das respostas reduz a pressão do grupo na direção da conformidade e evita uma dispersão significativa das respostas individuais. O produto final resulta numa previsão que contém o ponto de vista da maioria,

embora também possa ocorrer – como neste caso – um resultado minoritário, na hipótese de a maioria ter convicção sobre um determinado assunto relacionado ao problema objeto da investigação. O número de rodadas depende do tempo disponível e da disponibilidade dos participantes. Não há exigência sobre a inclusão de um número mínimo ou máximo de participantes. A principal vantagem do método Delphi é a supressão das pressões que os participantes sofrem numa confrontação face a face. A primeira rodada do método Delphi, de acordo com a praxe, é composta de questões totalmente abertas. O processo termina quando se obtém o consenso aproximado entre os participantes.

III – Perguntas formuladas aos especialistas

No presente trabalho foram apresentadas aos participantes, na primeira rodada, as seguintes questões:

1. O Senhor conhece o Código de Mineração vigente no País elaborado na década de 60 e modificado nas décadas de 80 e 90? O senhor acredita que o Código de Mineração deva ser alterado? Quais as principais modificações desejáveis na legislação básica do setor? O senhor poderia indicar os pontos de estrangulamento e as suas conseqüências?
2. A atuação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM tanto na linha de atuação direta na pesquisa mineral quanto na linha de apoio às empresas de mineração é eficiente e eficaz? Por quê? O senhor poderia citar os principais resultados obtidos pela CPRM nos últimos cinco anos? Os dados obtidos por meio da pesquisa mineral são disponibilizados pela CPRM? Há transparência na atuação da CPRM? É fácil ou difícil para os usuários do sistema mineral obter dados de pesquisa junto à CPRM?
3. E em relação à atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM? Quais são, na sua opinião, as principais áreas estratégicas de atuação do DNPM? Quais são suas principais contribuições nos últimos cinco anos? Existem falhas na atuação do DNPM? Quais são as suas falhas mais acentuadas? Essas falhas são reconhecidas pelo setor de mineração, ou são falhas pontuais imperceptíveis para a grande maioria das empresas de mineração? Há transparência na atuação do DNPM? Há grupos que recebem tratamento privilegiado pelo DNPM? Quais são esses grupos? Quais são as razões que se pode apontar para esses privilégios? As decisões do DNPM são técnicas ou políticas? Quais são os principais grupos de influência? O senhor reconhece que a legislação vigente sobre mineração concede grande discricionariedade ao DNPM? Em sua opinião a legislação deveria delimitar e

definir os procedimentos administrativos exigíveis para a concessão dos direitos minerários diminuindo a discricionariedade do DNPM?

4. Quais são as razões políticas e econômicas mais relevantes que explicam a modesta pesquisa mineral realizada no Brasil? A que se deve essa *performance*? Há manilhas de revertê-la? Quais seriam as saídas? Quais são as razões pelas quais de 100 autorizações de pesquisa mineral apenas 03 se convertem em concessão de lavra? Quais são o grau de dificuldade e o custo inerentes à obtenção da licença ambiental junto ao órgão ambiental? Qual é a razão pela qual a reserva de potássio da Bacia do Amazonas não vem sendo explorada? Quais são os principais obstáculos para a obtenção de autorização de pesquisa junto ao DNPM? É verdade que entre a obtenção da autorização de pesquisa e o início da lavra decorra, em média, 10 anos? Qual é o investimento nesse período? Há linhas de crédito para financiar a pesquisa das empresas de mineração?

5. Em sua opinião é estratégico para o País investir na pesquisa mineral? É desejável que o Poder Público tome para si a missão de realizar a pesquisa mineral, pelo menos de potássio e de rochas fosfóricas para diminuir os custos das empresas de mineração e aumentar a oferta desses produtos para a indústria de fertilizantes? Em sua opinião é estratégico que o Brasil diminua sua dependência de importação de potássio e fósforo? Por quê? Atualmente os dados sobre a pesquisa mineral de potássio e fósforo são de fácil acesso? São confiáveis? Qual é a governança do setor de potássio e de fósforo no Brasil? Qual é a relação entre as principais empresas de mineração e as indústrias de produção de fertilizantes? Há tendência de concentração nos dois lados?

6. É desejável que haja políticas públicas voltadas às atividades de pesquisa mineral e de exploração/produção de potássio e de fósforo visando atender às demandas do agronegócio? É desejável a aprovação de um novo marco legal pelo menos para regular a pesquisa do potássio e do fósforo no País? É desejável aguardar que essa regulamentação venha junto com o novo Código Mineral que alcance todos os minerais e por essa razão poderá demorar muitos anos para ser aprovada? Ou é preferível que essa nova Lei seja aprovada dentro de curto espaço de tempo?

7. É a criação de uma estatal enxuta (com equipe de cerca de 50 técnicos), de inteligência? Em sua opinião seria desejável a criação de uma estatal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA visando fazer a interface com o Ministério das Minas e Energia - MME e o

3

Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM para apoiar a aceleração dos atos administrativos voltados à obtenção de direitos minerários de pesquisa e exploração de potássio e de fósforo? Seria conveniente que essa pesquisa se responsabilizasse pela pesquisa pública das grandes áreas estaduais se responsabilizasse pela pesquisa pública das grandes áreas estratégicas de potássio e fósforo a serem criadas como "áreas especiais de mineração"? É desejável que essa estatal efetue a interface com o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA e elabore o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente às "áreas especiais de mineração"? Caso venha a ser aprovada a nova Lei, em sua opinião, os concessionários de parcelas das "áreas especiais de mineração" de potássio e de fósforo resistirão a cumprir as exigências do órgão ambiental caso a nova estatal venha a obter, previamente, a licença ambiental?

IV - Respostas tabuladas dos especialistas

SOBRE O CODIGO MINERAL VIGENTE

O Senhor conhece o Código de Mineração vigente no País elaborado na década de 60 e modificado nas décadas de 80 e 90?

Resposta. Todos os especialistas afirmaram conhecer o Código de Mineração vigente no país.

O senhor acredita que o Código de Mineração deva ser alterado?

Resposta. Todos os especialistas afirmaram que o atual Código de Mineração está ultrapassado e deveria ser modificado.

Quais as principais modificações desejáveis na legislação básica do setor?

Resposta. Todos os especialistas concordam que os prazos de pesquisa mineral e lavra deveriam ser menores e mais rígidos. Além disso, o Estado deveria ter o poder de retornar as áreas objeto de concessão que não estão sendo exploradas pelos atuais concessionários.

SOBRE A CPRM

A atuação da CPRM tanto na linha de atuação direta na pesquisa mineral quanto na linha de apoio às empresas de mineração é eficiente e eficaz? Por quê?

Resposta. Três especialistas concordam que a CPRM tem sido pouco eficiente na pesquisa mineral e pouco eficaz no apoio às empresas do setor. Outros dois especialistas não emitiram opinião mas justificaram que

4

É desejável que essa estatal efetue a interface com o MMA/IBAMA e elabore o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente às "áreas especiais de mineração"?

Resposta. Três especialistas concordaram que seria extremamente oportuna essa idéia pois agilizaria o início das explorações, retirando do setor privado a necessidade de um enorme tempo gasto na busca das licenças ambientais para o início das explorações. Outros dois especialistas também concordaram com a idéia desde que não seja por meio da criação de uma estatal.

Caso venha a ser aprovada a nova Lei, na sua opinião, os concessionários de parcelas das áreas especiais de mineração de potássio e de fósforo (fosfato) resistirão a cumprir as exigências do órgão ambiental caso a nova estatal venha obter, previamente, a licença ambiental?

Resposta. Dois especialistas afirmaram que aqueles que já teriam direitos adquiridos sem dúvida irão buscar por via judicial a preservação dos seus direitos. Outros três especialistas afirmaram não poderem responder a essa questão, supondo somente hipóteses.

.....